

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: novembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Agricultores pedem liberação de linha de crédito emergencial – sítio eletrônico da CONTAG – 03/11/2009	3
GERA/MS define público que acessará modalidades do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA - 10/11/2009	3
Fundos de investimentos elevam aporte no campo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2009	4
Projeto favorece produtor familiar – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2009.....	5
Emenda destina R\$ 2 bilhões para sustentar preço mínimo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2009	6
BRDE busca R\$ 1 bi para o campo do Sul do país – Valor Econômico – Agronegócios - 20/11/2009	7
O BNDES na visão dos movimentos sociais – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2009..	7
Encontro denuncia impacto de projetos financiados pelo BNDES – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2009.....	13
Falta de recursos volta a travar seguro rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 23/11/2009	14
Bird prevê alta de 20% nos preços agrícolas - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 25/11/2009	15
Mais R\$ 90 milhões para subsídio ao seguro rural – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 26/11/2009	16
MDS e CAIXA promovem inclusão bancária dos beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 27/10/2009.....	16
Inadimplência de produtor trava crédito para máquina - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/11/2009	18
Restrição de financiamento poupa canaviais já licenciados - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios -27/11/2009	19
Crédito para custeio flui em ritmo acelerado - Mauro Zanata – Valor Econômico – Agronegócios - 30/11/2009	20

Agricultores pedem liberação de linha de crédito emergencial – sítio eletrônico da CONTAG – 03/11/2009

Mais de 2000 trabalhadores e trabalhadoras rurais de Santa Catarina se reuniram na última semana de outubro em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, para reivindicar liberação de linhas de crédito emergencial aos agricultores atingidos pela seca e pelas enchentes nos dois estados. O Governo Federal prometeu liberar R\$ 40 milhões.

O dinheiro liberado deve ser suficiente para atender cerca de 15 mil famílias, o que corresponde a metade dos agricultores que ainda não receberam o empréstimo. O presidente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Rio Grande do Sul, Elton Weber, comemora a decisão, mas lembra que ainda há famílias que não serão beneficiadas. "Houve um avanço, mas ainda não atingindo a totalidade dos agricultores q precisam ser atingidos. Ainda falta 20%. Não tem como em um município atingido por uma seca ou uma enchente dar para uma parte dos agricultores o auxílio e para outros não", esclarece o presidente.

No Rio Grande do Sul, 279 municípios decretaram estado de emergência por causa da seca durante a safra 2009/2009.

Fonte: Iara Balduino, Agência Contag de Notícias

GERA/MS define público que acessará modalidades do Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA - 10/11/2009

O Grupo Estadual de Execução de Políticas Agrícolas para Reforma Agrária (GERA) no Mato Grosso do Sul se reúne nesta quarta-feira (11), às 14h, no auditório do Incra/MS. O encontro servirá para apresentação, debate e aprovação da demanda potencial (público-alvo) e qualificada (público já atendido por créditos da reforma agrária) do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) - modalidades A e AC - para 2010. São esses números que nortearão o volume de crédito disponível para essas linhas no próximo ano.

As linhas A e AC do Pronaf são voltados a assentados da reforma agrária, agricultores que tiveram a atividade produtiva interrompida pela construção de barragens e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O GERA é presidido no Mato Grosso do Sul pelo delegado do MDA, Celso Arruda, e tem como membros representantes do Incra/MS, da Unidade Técnica Estadual - responsável pela execução do Programa Nacional do Crédito Fundiário no estado -, integrantes da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Encaminhamentos

Os números aprovados pelo GERA serão encaminhados ao Grupo Nacional de Articulação de Políticas para Reforma Agrária (GARA), que é presidido pelo Incra/MS e tem como componentes representantes da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), da Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA/MDA), SDT/MDA e Conab.

Uma das atribuições do GARA é encaminhar, até 15 de novembro, os números aprovados pelo GERA ao MDA, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O objetivo é auxiliar na previsão orçamentária dos fundos constitucionais, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do próprio orçamento geral da união, que são financiadores do Pronaf.

Na Safra 2007/2008, por exemplo, foram acessados mais de R\$ 9,7 milhões nas modalidades A e AC. Até 30 de junho último, período em que foi encerrado o ano safra 2008/2009, foram financiados mais de R\$ 10,1 milhões nessas duas linhas.

De acordo com o consultor do Pronaf no Mato Grosso do Sul, Rene Luiz Coimbra Ferreira, o montante de recurso destinado ao Pronaf A e AC na safra 2009/2010 tende a crescer, conforme os aumentos verificados nas duas últimas safras.

Fundos de investimentos elevam aporte no campo - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 16/11/2009

Tradicionalmente financiado pelo Banco do Brasil e instituições de fomento governamental, o agronegócio do país está atraindo fundos de investimentos estruturados especialmente para jorrar recursos no campo. Levantamento feito pelo Valor identificou 45 fundos, entre Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) e Fundos de Investimento de Direito Creditório (FIDCs), registrados na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), com potencial de captação de aproximadamente R\$ 13 bilhões, voltados para a agricultura.

"Hoje o agronegócio não é financiado apenas pelo Banco do Brasil e BNDES. Há fundos específicos para este segmento, de olho no potencial de expansão desse setor", afirma Marina Procknor, advogada do escritório Mattos Filho.

Esses 45 fundos, com registros entre 2007 até este ano, têm como foco o campo, seja em agroindústria do açúcar e do álcool, que teve seu boom de investimento a partir

de 2005, como em agropecuária e grãos. Do total dos registros da CVM, 26 são Fundos de Investimento de Direito Creditório (FIDCs) e outros 19 são FIP (Fundo de Investimentos em Participações).

Passada a turbulência financeira, que limitou as linhas de crédito no mercado em geral, os agronegócios voltaram a atrair capital basicamente por conta do seu alto potencial de rentabilidade, afirmou ao Valor Marcos Françóia, diretor-sócio da consultoria MBF Agribusiness.

Franzóia administra cerca de R\$ 850 milhões em fundos estruturados para o campo. Segundo ele, o mercado começou a se voltar para o agronegócio à medida que muitas companhias abriram o capital. "A entrada das agroindústrias na bolsa atraiu recursos, dá mais credibilidade", disse.

A MBF também está assessorando um novo FIP, que está prestes a concluir sua estruturação na CVM - a Ecoagro, para investir em agroenergia.

"O setor estava muito acostumado a ser financiado pelo Banco do Brasil e por tradings", afirmou Amaury Fonseca Júnior, sócio da gestora de recursos Vision, que tem dois fundos estruturados na CVM para esse fim. "Temos sentido esta reversão de contração de crédito e o apetite voltando com mais força a partir de 2010", disse Fonseca.

Por conta da crise financeira global, as tradings tiveram sua atuação limitada para financiar os agricultores, afirmam analistas ouvidos pelo Valor. Mas ao contrário dos últimos anos, quando essas companhias, sobretudo as multinacionais, e o Banco do Brasil eram praticamente os principais financiadores da safra agrícola do país.

"As captações não só chegam por meio dos títulos dos agronegócios. Agora os fundos querem ter participação direta na gestão da empresa, na qual eles acreditam que podem ter uma boa valorização", afirmou uma fonte do setor familiarizada com esse tipo de operação.

De acordo com a mesma fonte, muitos fundos de private equity se assustaram com o péssimo desempenho do setor sucroalcooleiro entre 2007 e 2008 e fugiram desse tipo de investimento. Agora, com a recuperação do setor, muitos estão se estruturando para voltar para o segmento de agroenergia. No entanto, escolhem parceiros fortes para financiar recursos.

Projeto favorece produtor familiar – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2009

Um acordo político no Senado permitiu ontem a aprovação do projeto de lei enviado pelo governo para instituir o plano nacional de assistência técnica e extensão rural a produtores familiares e assentados da reforma agrária.

Ao contrário da disputa na Câmara, os senadores ruralistas da oposição chegaram a um consenso com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para aprovar o texto da chamada "Lei da Ater" sem alterações. O governo aceitou modificar a lei antes de aprová-la ao comprometer-se a enviar um novo projeto de lei garantindo

"moralidade" ao processo de seleção das entidades responsáveis pela execução dos serviços de "Ater".

O compromisso prevê incluir no novo texto condicionantes como comprovação de capacidade operacional e infraestrutura, conhecimento técnico-científico, efetiva execução de serviços na área por mais de dois anos e avaliação dos projetos assistidos pelos conselhos previstos na "Lei da Ater".

O objetivo dos ruralistas é evitar o uso político e o apadrinhamento em projetos de "Ater" por ONGs ligadas a movimentos sociais, como MST. O texto aprovado ontem pelo Senado manteve a eliminação do adiantamento de 5% do valor de cada projeto aos executores dos serviços técnicos. O orçamento para contratação desses serviços soma R\$ 482 milhões neste ano e pode chegar a R\$ 1 bilhão até 2012.

Também permaneceu a exigência de comprovação de experiência mínima de cinco anos, e não de um ano, por entidades e instituições para a execução dos serviços. Haverá auditoria das ações pelo Tribunal de Contas da União (TCU), mas está garantida a dispensa de licitação para esses serviços e a fixação da contratação "preferencial" de entidades públicas de assistência técnica, como as empresas estaduais (Emater), prefeituras e consórcios intermunicipais. (MZ)

Emenda destina R\$ 2 bilhões para sustentar preço mínimo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/11/2009

A Comissão de Agricultura do Senado aprovou ontem quatro emendas setoriais ao Orçamento Geral da União (OGU) para 2010. Os senadores incluíram na lei orçamentária R\$ 2 bilhões para a política de garantia e sustentação de preços operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A emenda do senador Gilberto Göellner (DEM-MT) beneficiará a nova safra de grãos, fibras e cereais (2009/10).

A comissão também garantiu R\$ 120 milhões, por meio de emenda do senador Valter Pereira (PMDB-MS), ao orçamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os recursos serão divididos igualmente para bancar despesas correntes da estatal e investimentos na pesquisa e desenvolvimento em agroenergia.

O Ministério da Pesca ganhou, por emenda da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), R\$ 100 milhões para infra-estrutura e desenvolvimento sustentável das atividades do setor. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) emplacou outra emenda de R\$ 100 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para garantir fomento, assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar. (MZ)

BRDE busca R\$ 1 bi para o campo do Sul do país – Valor Econômico –
Agronegócios - 20/11/2009

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) está em gestões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para garantir R\$ 1 bilhão para investimentos no aumento da produção agrícolas dos Estados que formam o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) - Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.

De acordo com informações da Secretaria da Agricultura do Paraná, a meta conjunta desses Estados é colher 75 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/11, que começará a ser plantada na região a partir do fim do ano que vem. Nesta temporada 2009/10, já em fase de semeadura, a previsão é de produção total da ordem de 67 milhões de toneladas, ou 45% da colheita brasileira.

O BRDE, que tem um novo presidente - Airton Pissetti assumiu o cargo na quarta-feira - informou que está aplicando R\$ 900 milhões no setor este ano. Além desses recursos, crédito rural do Plano Safra do governo federal (cujo principal agente repassador é o Banco do Brasil) também irrigam a agricultura da região.

Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul são grandes em grãos. Em Santa Catarina, o forte são as carnes de frango e suína. O segmento sucroalcooleiro é crescente nos Estados do Codesul.

O BNDES na visão dos movimentos sociais – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2009

“Nós (dos movimentos sociais) temos conversado com o BNDES, mas achamos que deve haver mais avanços. Queremos que o BNDES seja um banco público, de interesse público e popular e o mais democrático possível”. Assim, Luiz Dalla Costa aborda as relações entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e os movimentos sociais, formados por pessoas atingidas por obras financiadas pelo banco. Em entrevista, por telefone, à IHU On-Line, o coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Rio Grande do Sul abordou os impactos trazidos pelas grandes construções custeadas pelo BNDES, as mudanças ocorridas no banco com a transição de governos e os setores da economia que produzem os impactos mais graves na sociedade.

Sobre as reivindicações das populações impactadas, Dalla Costa fala sobre o “Primeiro Encontro Sul-americano de Populações Afetadas por Projetos Financiados

pelo BNDES”, que discutirá a transparência nas informações dos financiamentos e as políticas sociais por parte do banco. “Queremos que o banco se coloque como responsável por esses empreendimentos, pois entendemos que ele passa a ser responsável ao ceder os empréstimos dos recursos para as obras. O BNDES tem que se preocupar tanto se esse grande projeto não irá afetar as populações quanto, se afetar, o que deve ser feito e colocado como política de financiamento”, afirma Dalla Costa.

Confira a entrevista.

O movimento social tem criticado o BNDES pela formação de uma nova categoria de brasileiros: os “impactados”. O senhor poderia explicar quem são eles e qual é a responsabilidade do banco?

O BNDES se tornou, nos últimos anos, o principal banco financiador dos grandes projetos no Brasil. E os grandes projetos, como hidrelétricas, mineradoras e rodovias, atingem muitas pessoas. Muitas famílias têm que ser deslocadas em função das construções. Portanto, o banco, na medida em que financia essas obras, passa a ser corresponsável pelo impacto que estas causam na vida das pessoas. Tivemos casos de hidrelétricas que atingiram de duas a três mil famílias, e até mais que isso. Um exemplo: já houve a construção de seis hidrelétricas na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina, no Rio Uruguai, e essas hidrelétricas tiveram financiamento de quase seis bilhões de reais por parte do BNDES. Hoje as famílias que foram afetadas e que moram ao redor dos lagos das Usinas de Itá, Machadinho e Campo Novos não têm nenhum programa de desenvolvimento regional e de recuperação das comunidades por parte do BNDES, e foi o próprio banco que financiou a obra. Por isso que vamos organizar agora um primeiro encontro nacional dos atingidos por esses grandes projetos financiados pelo BNDES. O banco também tem atingidos, tem pessoas que são impactadas por esses projetos financiados. E, inclusive, o BNDES é sócio de vários desses empreendimentos.

No final de novembro, será realizado, no Rio de Janeiro, o “Primeiro Encontro Sul-americano de Populações Afetadas por Projetos Financiados pelo BNDES”. Virão pessoas de que países? Qual é o objetivo do encontro?

Estamos convidando pessoas da Bolívia, Peru e Equador, onde já houve projetos financiados pelo BNDES. Alguns envolveram empresas brasileiras, como a Odebrecht no Equador, e tiveram vários problemas na obra ou porque tem financiamentos através do banco. Também vamos reunir pessoas afetadas de todo o Brasil. Virão representantes de vários empreendimentos financiados na área da cana, e nas questões da pecuária extensiva, das hidrelétricas e da mineração. Reuniremos essas pessoas que sofrem

impactos dessas grandes obras ou projetos onde tem investimentos do BNDES, para discutir que políticas o BNDES desenvolve, e quais as que ele não desenvolve, no sentido de qualificar melhor nosso trabalho e nossa crítica. Até hoje existiram muito poucas informações para a população que é afetada. Nós queremos um maior acesso às informações, chamamos isso de transparência nos financiamentos. Queremos também que o BNDES adote critérios que levem em conta os impactos sociais e ambientais causados pelas obras. Queremos que o banco se coloque como responsável por esses empreendimentos, pois entendemos que ele passa a ser responsável ao ceder os empréstimos dos recursos para as obras. O BNDES tem que se preocupar tanto se esse grande projeto não irá afetar as populações quanto, se afetar, o que deve ser feito e colocado como política de financiamento. Além disso, entendemos que o BNDES também peca por omissão no sentido do que não faz. O banco financia uma grande obra, mas não se preocupa com que a população, afetada por essa grande obra, tenha as informações de forma isenta, e não pelas empresas, porque se for por essas, certamente serão informações tendenciosas. Entendemos que o BNDES deve auxiliar essas entidades de organização da própria população atingida, entidades que não estão envolvidas com a obra e até fazem críticas a ela, para que as populações sejam devidamente informadas com antecedência sobre os impactos e possam, de forma organizada, reivindicar seus direitos. O BNDES também deve assumir suas responsabilidades se no caso for constatado que houve violação de direitos, como existe de fato. Nós mesmos estamos trabalhando com uma comissão que está investigando violação de direitos humanos na construção de grandes hidrelétricas, e já está constatada essa violação de direitos em obras financiadas pelo BNDES.

Deve-se haver uma maior transparência nas atuais obras, e devem ser discutidos, com os movimentos e com a sociedade civil, novos critérios para futuros financiamentos do banco. É absolutamente justo discutir isso. Tem alguns que são atingidos por barragens, e alguns por outros empreendimentos, porque o dinheiro do BNDES é público, é dinheiro de todo o cidadão brasileiro. Então temos o dever de exigir, e o BNDES tem a obrigação de nos atender. E isso também fora do Brasil, já que existem pessoas afetadas por essas obras em outros países.

Na visão do movimento social, o BNDES está a serviço de que interesses?

Hoje os grandes beneficiados pelos financiamentos do BNDES são as grandes empresas. Grande parte delas produz para exportação e não paga imposto, como é o caso dos minérios. A própria energia produzida para a produção de minérios tem um grande aporte de recurso público, e quem ganha na construção, venda de equipamentos,

na utilização e venda de energia, são as grandes empresas. Os grandes mineradores recebem subsídio para usar grandes quantidades de energia. Esse minério é extraído como riqueza natural do Brasil, é exportado, e não paga sequer imposto. Quem é o grande beneficiado em todo esse processo? As grandes empresas nacionais e multinacionais, entre elas a Suez Tractebel, que é uma grande empresa da agroenergia, Odebrecht, que é construtora e está na construção de grandes obras, a Votorantim e a companhia Vale do Rio Doce. Esses são os grandes beneficiados. Inclusive, nos últimos anos, só nesta área da energia, eles cobraram da população brasileira sete bilhões a mais nas contas de luz, e agora dizem que não querem devolver. Se fosse um pobre já estaria preso, mas como são grandes empresários, tem gente que diz que não foi roubo, mas sim um erro. Mas um erro de sete bilhões é algo absurdo.

Muitos dizem que, com o governo Lula, o BNDES recuperou o seu papel estratégico na formulação de um projeto de país, contrário ao governo FHC, que utilizou o banco para financiar as privatizações. Essa interpretação de que o banco estaria a serviço dos interesses do Estado, e não mais apenas do mercado está equivocada?

Houve mudanças, sem dúvida. Acho que o governo Fernando Henrique foi o pior que já vi no Brasil, porque vendeu todo o patrimônio público, sucateou grandes setores que eram de primeira linha, vendeu a Vale do Rio Doce, parte do setor elétrico, fez com que o povo brasileiro pagasse por tudo isso. Gerou um caos, o processo de privatização foi a pior coisa feita no Brasil em toda sua história, não temos dúvida disso. O que houve com o governo Lula é que ele passou a ter um outro planejamento, não privatizou aquilo que já existia, mas financiou a entrega do patrimônio. Isso tem diferença. Antes, em uma obra que já estava feita, o BNDES dava o dinheiro para uma grande empresa comprar o que já era nosso, com o nosso dinheiro, inclusive as próprias estatais eram proibidas de fazer investimentos e pegar dinheiro público do BNDES, e isso foi mudando gradativamente. Hoje o Estado brasileiro participa em obras com até 49% do valor, já o BNDES financia até 80 e 90% dessas grandes obras, mas ainda continua 51%, ou seja, o capital majoritário na mão das grandes empresas.

Toda a lógica que é implantada é a das grandes empresas, de tentar obter o máximo de lucro, que é pago pela população brasileira. O povo brasileiro que paga as taxas, as tarifas, os impostos, para que essa prática continue vigorando. Então, houve mudanças sim, mas entendemos que a lógica não mudou no essencial. Inclusive, dá pra se dizer que, nos últimos anos, o tratamento das questões sociais e ambientais piorou no governo FHC e não foi recuperado ainda pelo governo Lula. Existe de fato uma nova

organização do investimento, nós sentimos isso, mas a lógica continua praticamente a mesma.

Quais são os principais setores da economia que o Banco financia que produzem impactos mais graves?

É o setor da mineração, das hidrelétricas, o investimento na produção de carne de gado, que vai avançando cada vez mais sobre a floresta amazônica, no setor de cana, de celulose, que vai transformando em deserto verde o que era de bem natural brasileiro, e vai repassando grande quantidade de terras dos rios, minérios, das grandes empresas nacionais e multinacionais. Hoje os setores siderúrgico, mineral e de energia são grandemente beneficiados pelos financiamentos do BNDES.

Qual é a relação do movimento social hoje com o BNDES? Tem ouvido as suas reivindicações?

A partir da própria discussão com essa série de organizações que chamamos de plataforma BNDES, que é um conjunto de organizações do movimento social e de entidades não-governamentais, buscamos o diálogo com o banco, para que este tivesse maior transparência, para que houvesse mudança nas políticas, então começamos a ter um contato maior. A plataforma BNDES já teve contato com o presidente do banco, Luciano Coutinho, já houve algo no sentido da transparência, da divulgação de insights na questão de algumas informações, mas não estão completas e não há conteúdo ainda. Nós mesmos, dos movimentos sociais, já tivemos conversas com o BNDES, onde eles nos apresentaram o que fazem e o que estão prevendo. Dá pra se dizer que nós achamos que isso é a coisa certa a ser feita, que o banco deve ter essa abertura, tem que ouvir a população que é afetada pelos grandes projetos onde o banco é financiador e temos que buscar novos critérios para financiamentos do banco que favoreçam a maioria do povo brasileiro. Como eu disse, é mais fácil uma grande empresa conseguir um bilhão do BNDES, do que um grupo de agricultores ou pescadores conseguir 50 mil, pois todo o banco está montado para essa lógica do grande empresário, do grande empreendedor e capitalista nacional e multinacional. Nós temos conversado com o BNDES, mas achamos que deve haver mais avanços. Queremos que o BNDES seja um banco público, de interesse público e popular e o mais democrático possível.

Como integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), qual é a sua avaliação sobre o último “apagão”?

Primeiro, é importante dizer que não falta produção de energia no Brasil, o país tem energia de sobra, tanto é que, com a crise dos últimos anos, se diminuiu o consumo de energia, e hoje estamos no patamar de consumo que estávamos em 2007. Estamos

consumindo menos que em 2008, e outras obras já foram feitas, então temos uma folga de energia muito grande. Não é necessário, para resolver o problema do apagão, fazer mais obras. Pelo contrário, com o que se tem, teremos energia por um bom tempo. Nossa visão com relação ao apagão é que complicações como esta podem ocorrer. Nenhum sistema é infalível. O Brasil tem um bom sistema energético nacional e que se torna mais eficiente se tiver gestão e controle únicos. Agora, do jeito que os últimos governos têm feito, principalmente com o processo da privatização, também foi privatizado parcelas do setor elétrico. Cada capitalista individual passou a ter um pedaço daquilo que deveria funcionar de forma única e organizada. Hoje alguns são donos de algumas barragens, outros de termoelétricas, outro é dono de um pedaço de linha de transmissão, outro de uma revenda de energia. Este compartilhamento do setor elétrico foi ruim e está aí uma das causas desse apagão. Hoje se tem mais dificuldades de ter o gerenciamento único, apesar de que o governo Lula até recuperou em certa parte essa organização. E mesmo os órgãos que foram criados, foram feitos para legitimar essa lógica de transformar a energia elétrica em mercadoria. Hoje as grandes empresas ganham rios de dinheiro vendendo energia 400% mais caro do que antes, que era do governo. Houve um aumento extraordinário das tarifas de energia no último período.

Quando a lógica é a do lucro, de transformar a energia em mercadoria e não em bem público necessário para o desenvolvimento do país, esse tipo de problema, como o apagão, tende a ocorrer de forma mais seguida. Houve três casos recentes. No primeiro caso, houve esta questão da cobrança extraordinária nas tarifas de energia, aí o governo vai lá, e as empresas dizem que não podem devolver. Alguém até disse que poderia ser imoral, mas que era legal. Lógico que é imoral, ficaram com sete bilhões de reais do povo a mais nas empresas. O segundo fato é essa falha que houve e que deixou muita gente às escuras. O terceiro é que o próprio governo reconhece que existe uma dívida. São três fatos importantes, dívida com o povo que foi atingido, cobrança a mais dos consumidores, e o problema de fornecimento. Ao nosso entendimento, isso não é uma questão pontual, é de como deve ser organizado o atual modelo de produção de energia no Brasil. O governo deveria acabar com as privatizações, ter um grande projeto de economia de energia, de eficiência energética, questionar o modelo de exportação de energia através da exportação de minérios, de celulose etc. que não paga imposto e não gera emprego para nosso povo.

Encontro denuncia impacto de projetos financiados pelo BNDES – Sítio Eletrônico do MST – 23/11/2009

Começa nesta segunda-feira (23/11) o 1º Encontro Sul-Americano de Populações Afetadas pelos Projetos Financiados pelo BNDES. O encontro, que acontece no Circo Voador, no Rio de Janeiro, e vai até 25/11, pretende expor os impactos socioambientais, culturais e econômicos causados por empreendimentos financiados por um dos maiores bancos de fomento do mundo - maior até mesmo que o capital somado do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do estadunidense Eximbank.

Cerca de 200 pessoas de todo o país participam das discussões, que têm como objetivo dar voz às populações diretamente atingidas, seja através da perda de seus territórios e destruição de modos de vida tradicionais, da eliminação e precarização de postos de trabalho, desorganização da produção de alimentos e do trabalho análogo a escravidão, como também atingidas pelo desmatamento e degradação de ecossistemas, privatização de rios e cursos d'água, conflitos agrários e pela exploração intensiva dos recursos naturais.

Há alguns anos o BNDES assumiu um papel central na definição do modelo de desenvolvimento do Brasil. Hoje o banco prioriza largamente o financiamento de transnacionais dos setores de etanol, hidroeletricidade, papel e celulose, mineração e siderurgia, e agropecuária, com elevados custos socioambientais. Os participantes do encontro, que representam 30 organizações articuladas numa iniciativa batizada como Plataforma BNDES, reivindicam que o banco fomenta o desenvolvimento que não concentre renda, não promova a exclusão de direitos e contribua para a superação de desigualdades.

Falta de recursos volta a travar seguro rural - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 23/11/2009

Em meio ao acelerado crescimento da demanda por cobertura de seguro rural, o setor vive um momento de apreensão causado pela falta de recursos orçamentários para a subvenção do prêmio das apólices no país.

Empresas seguradoras e produtores rurais reivindicam a suplementação de R\$ 90 milhões ao orçamento deste ano e a elevação dos recursos federais para garantir os subsídios ao longo de 2010. Por lei, o Tesouro Nacional banca metade dos custos do seguro rural ao produtor.

O setor privado aguarda a votação, em sessão conjunta da Câmara e do Senado, do projeto de lei do Congresso Nacional que complementa o orçamento do Ministério da Agricultura para pagar a subvenção ao produtor.

Os recursos, equivalentes a um terço da previsão original de R\$ 272 milhões, foram cortados pelo Ministério do Planejamento e o próprio Congresso no início de 2009 sem a devida recomposição.

As seguradoras ainda contratam as apólices, mas estouraram as previsões iniciais. Os pedidos de subvenção adicional da nova safra (2009/10) já somam R\$ 44,5 milhões além do orçamento original de R\$ 272 milhões para este ano.

"É fundamental garantir esses recursos. Estamos muito preocupados com esse dois pontos", afirma o diretor técnico da Aliança do Brasil e presidente da Comissão de Seguros da Fenaseg, Wady Mourão Cury. Segundo ele, a "luz amarela" está acesa.

"Já temos um total de R\$ 11 bilhões segurados, com 75% ressegurados no exterior. As empresas querem segurança e a subvenção baliza a perda máxima que o Tesouro pode ter. Não pode haver um retrocesso nem jogar interrogação onde não deveria existir".

O PLN nº 52/2009, cuja tramitação começou em setembro, recebeu 29 emendas, figurou na pauta da Comissão Mista de Orçamento por sete sessões, mas não obteve acordo político para ser votado. O prazo para apreciação na comissão acabou na sexta-feira. Agora, a proposta terá de ser encaminhada ao plenário do Congresso Nacional. Ocorre que não há previsão da sessão conjunta entre Câmara e Senado nos próximos dias.

Para complicar, o orçamento da subvenção ao prêmio do seguro foi reduzido para 2010. A previsão inicial enviada pelo Ministério da Agricultura ao Congresso soma apenas R\$ 238,7 milhões.

Diante da forte demanda, as seguradoras solicitaram R\$ 451 milhões para o próximo ano, mas o próprio governo já admite a necessidade de R\$ 600 milhões para atender às consultas feitas pelos produtores na nova safra.

"Não se pode colocar o seguro na vala comum. Temos que manter um equilíbrio entre os ciclos agrícola e fiscal. Senão, as empresas vão embora", afirma Wady Cury. As comissões de Agricultura da Câmara e do Senado não aprovaram nenhuma emenda ao Orçamento 2010 para elevar os recursos à subvenção do prêmio do seguro rural.

A demora em garantir os recursos ao principal instrumento preventivo de política agrícola já prejudicou negócios no setor. As seguradoras tiveram que pedir um prazo extra à Superintendência de Seguros Privados (Susep) para garantir as apólices já contratadas. E os produtores têm cada vez mais medo de que o governo não cumpra sua parte de pagar a metade do prêmio.

"Os recursos são insuficientes para todas as operações. Temos negociado com o setor, mas depende da votação no Congresso", explica o diretor de Gestão de Risco Rural do Ministério da Agricultura, Wellington Soares de Almeida.

Há, ainda, uma "pressão adicional" porque os bancos concederam mais cedo os créditos de custeio aos produtores. O Banco do Brasil, maior financiador do campo, liberou quase 70% de suas operações rurais com cobertura de seguro rural. Na safra anterior, as renegociações das dívidas atrasaram o calendário do seguro rural.

Bird prevê alta de 20% nos preços agrícolas - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 25/11/2009

O Banco Mundial (Bird) projeta uma alta média de 20% nos preços reais das commodities agrícolas durante o período 2009-2018 comparado com o intervalo 1999-2007, e maior volatilidade nas cotações, de acordo com fontes da instituição em Washington. A tendência é de as commodities agrícolas se tornarem mais expostas a riscos sistêmicos e volatilidades, na medida em que os mercados de alimentos ficaram mais integrados com os de outras commodities e com o mercado financeiro.

A volatilidade na área financeira se reflete nos mercados agrícolas por meio de vínculos com os fundos de índices de commodities. Além disso, as mudanças na frequência, distribuição e intensidade de chuvas causam mais impactos na produção, estimam técnicos do banco.

Os investimentos em índices de commodities devem alcançar este ano US\$ 60 bilhões, com os investidores diversificando suas aplicações num cenário de queda de dólar americano. O total investido, até hoje, nesses índices deve ficar próximo dos US\$ 240 bilhões em dezembro, de acordo com o Barclays Capital, de Londres.

Segundo fontes, o Banco Mundial trabalha com a projeção de alta média de 20% nos preços agrícolas nos próximos anos, levando em conta também o fato de que os baixos estoques de grãos aumentaram igualmente a sensibilidade das cotações a choques de oferta e demanda. Ou seja, tudo conduz a mais incertezas no futuro, e a convergência de "choques de volatilidade" pode levar a uma mudança rápida e profunda nos preços agrícolas, como ocorreu em 2008.

A menor demanda por causa da recessão internacional e a baixa no preço dos combustíveis ajudaram a derrubar as cotações internacionais de alimentos, atenuando os temores de nova crise nos mercados. Em setembro, os preços baixaram 2% em relação ao segundo semestre, e o custo de fertilizantes caiu 22%.

No entanto, os preços agrícolas ainda eram 23% mais altos em setembro do que a média de 2006. As cotações do arroz ainda estavam 80% mais elevadas do que no começo de 2006, apesar da queda de 43% desde o pico do ano passado. O preço do

milho continuou mais alto em 43%. O custo do fosfato ainda é o dobro do preço do começo de 2006.

O declínio nos preços globais de grãos não se traduziu necessariamente na baixa do custo em vários países, com as condições locais pressionando de maneiras diferentes. Algo significativo é que vários países baixaram tarifas e restrições à exportação de alimentos. Afinal, o acesso ao mercado global é considerado essencial para a segurança alimentar.

Em avaliação publicada ontem, o Barclays Capital destaca um relatório da embaixada dos Estados Unidos em Pequim, estimando queda na produção chinesa de milho, trigo, algodão e de soja no período 2009/2010.

No caso da soja, a estimativa é de que a produção seja 11 milhões de toneladas menor, enquanto as importações vão ser moderadas, ficando em 39 milhões de toneladas, em razão dos altos estoques acumulados este ano. A produção de trigo cairia 6%, a de milho, 9% e a de algodão, 15%, segundo os americanos. E tudo o que acontece na China tem efeito no mercado internacional.

Mais R\$ 90 milhões para subsídio ao seguro rural – Mauro Zanatta - Valor Econômico – Agronegócios - 26/11/2009

Em sessão conjunta, Câmara e Senado aprovaram ontem em plenário um adicional de R\$ 90 milhões para garantir o pagamento dos subsídios federais ao prêmio do seguro rural. Por lei, o Tesouro Nacional banca metade do custo das apólices rurais.

O projeto de lei aguardava apreciação do Congresso desde o início de setembro. Mesmo com a suplementação tardia, os recursos serão insuficientes para cobrir a forte demanda dos produtores por proteção contra as intempéries.

O Ministério da Agricultura estima uma necessidade adicional de R\$ 44,5 milhões para garantir cobertura a novas apólices contratadas por seguradoras e resseguradoras. Além disso, o orçamento do seguro rural para 2010 está muito abaixo da demanda identificada na área técnica do governo.

O Congresso avalia reservar R\$ 238,7 milhões, mas a demanda já ultrapassaria R\$ 600 milhões para o próximo ano. A complementação dependerá da atuação de deputados e senadores, que não tentaram a recomposição dos recursos com emendas ao Orçamento Geral da União. Ainda resta como recurso, entretanto, negociar diretamente com o relator do Orçamento.(MZ)

MDS e CAIXA promovem inclusão bancária dos beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 27/10/2009

A medida promoverá a inclusão de um público – cerca de 4 milhões de famílias - excluído da rede bancária por vários fatores, como inibição ou falta de documentação (comprovante de renda ou de moradia)

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Caixa Econômica Federal lançam, nesta quarta-feira (28/10), em Brasília (DF), o Projeto de Inclusão Bancária dos beneficiários do Programa Bolsa Família. A cerimônia ocorrerá às 9h, no Palácio do Itamaraty, e terá a presença dos ministros Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Guido Mantega, da Fazenda; Paulo Bernardo, do Planejamento, Orçamento e Gestão; e dos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho.

No mesmo dia, às 14 horas, o MDS dá início ao Seminário *Bolsa Família e Microfinanças: promovendo o acesso da população de baixa renda a serviços financeiros*. O encontro, que prossegue até quinta-feira (29) e reúne representantes de governo e de instituições financeiras, vai estimular o debate sobre produtos específicos para estes novos correntistas, incluindo ações de educação financeira.

O Projeto de Inclusão Bancária visa aproximar os beneficiários do Bolsa Família ao Sistema Financeiro Nacional, por meio da abertura de conta corrente e acesso a outros serviços financeiros tais como o microcrédito, os microsseguros e a poupança. Além de facilitar o pagamento do benefício, a iniciativa vai promover uma série de ações de educação financeira que vão contribuir para que as famílias do programa possam utilizar os serviços bancários.

Esta iniciativa começou com um projeto-piloto realizado em Belo Horizonte (MG), em 2008, com a inclusão bancária de 4 mil famílias. A experiência foi um sucesso. Uma pesquisa realizada pela CAIXA mostrou que 98% dos beneficiários aprovaram a idéia. Eles também demonstraram não ter dificuldades para utilizar a conta, em função da prática em lidar com o cartão do Bolsa Família.

A meta do Projeto de Inclusão Bancária é alcançar 4 milhões de famílias até o final de 2010. Atualmente, 1,95 milhão de famílias do Bolsa Família já possuem conta corrente simplificada na CAIXA. A medida promoverá a inclusão de um público excluído da rede bancária por vários fatores, como inibição ou falta de documentação (comprovante de renda ou de moradia).

O Bolsa Família atende atualmente 12,4 milhões de domicílios e movimenta não só a renda desses beneficiários, mas a economia local. Essa parcela da população sempre foi mantida afastada do mercado financeiro devido às rígidas exigências para abertura de contas e aos altos custos. Porém, as famílias atendidas pelo programa poupam, necessitam de empréstimo e outros serviços financeiros. Este projeto, além de facilitar a vida cotidiana e trazer mais dignidade para as famílias, poderá ser um grande instrumento para uma maior inclusão social e ampliação de oportunidades para este público.

Inadimplência de produtor trava crédito para máquina - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/11/2009

Os bancos ligados a fabricantes de máquinas e equipamentos agrícolas pressionam o governo a securitizar um passivo estimado em R\$ 5 bilhões. As instituições também reivindicam que o Tesouro Nacional assumira parte dos riscos de operações de crédito rural prorrogadas sucessivamente pelo governo desde 2005.

Em meio à aquecida demanda atual por financiamento de novos tratores e colheitadeiras, os bancos enfrentam uma significativa inadimplência em operações antigas, o que colocaria em risco seus resultados financeiros. O passivo também restringe a possibilidade de instituições como CNH Capital, De Lage Landen e John Deere de ampliar os empréstimos novos ao segmento.

Dados do Banco Central apontam que 22% da carteira de R\$ 12,5 bilhões do programa Moderfrota foram "provisionados" pelos bancos até setembro. O levantamento aponta que R\$ 2,7 bilhões estão engessados como reserva para cobrir eventuais calotes. Alguns bancos informam que, uma vez livres dessas amarras, poderiam duplicar suas carteiras.

Estima-se que os produtores pagaram apenas 3% de todas as dívidas renegociadas até agora. Esse passivo é composto de dívidas antigas de programas de investimento, como Moderfrota e Finame Agrícola, que foram roladas em safras anteriores por causa da crise de renda e de efeitos climáticos severos no campo. O BC, que já fez reuniões sobre o tema, está preocupado em garantir as operações desses bancos. O BNDES, administrador dos programas de investimento, também busca uma saída.

Mas a equipe econômica do governo rejeita as pressões de bancos e produtores. "Vamos ajudar a resolver o futuro. As dívidas passadas eram um risco privado dos bancos, e não da União", afirma o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

A ajuda do governo seria limitada, segundo ele, a cobrir parte dos riscos de novos empréstimos por meio de aportes ao Fundo de Garantia de Crédito do Agronegócio. "Podemos colocar 7% ou 8% do necessário ao funcionamento do fundo, o que daria R\$ 130 milhões por ano". A lei do fundo, recentemente aprovado no Congresso, limita a R\$ 1 bilhão os aportes do Tesouro.

A arrastada novela já resultou em efeitos colaterais. Para forçar os produtores a honrar as dívidas, os bancos têm arrestado máquinas ou executado judicialmente os devedores desde o fim de 2008. Os produtores de Mato Grosso, onde a inadimplência ultrapassa 50% dos financiamentos, recorreram à Justiça e ganharam liminares para impedir essas ações. "Mas arrestar bens e executar os produtores é o pior dos mundos", diz o diretor-geral do Banco CNH Capital, Derci Alcântara. "O governo precisa participar de uma solução", afirma. O CNH tem uma carteira agrícola de R\$ 3,1 bilhões.

Parte dos produtores deixou de pagar em dia suas parcelas de dívidas renegociadas. Um pouco por apostar em uma nova renegociação e muito por estratégia de saldar débitos mais urgentes, como a quitação de custeios. "Não temos dinheiro para pagar todos os compromissos. E a rentabilidade da safra está prejudicada pelo dólar, que

foi alto no plantio e baixo na venda", justifica o diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja), Ricardo Tomczyk.

Nesta sexta-feira, a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) terá reunião sobre o assunto na sede do BNDES, no Rio. "Agora que bateu pesado nos bancos, decerto o governo tomará uma atitude. Esperando uma solução desde 2008 e ninguém fez nada".

Os bancos de fábrica, responsáveis por 80% dos empréstimos para aquisição de máquinas, relutam, mas devem ampliar as ações de execução na Justiça para cerca de quatro mil produtores endividados. Por isso, insistem em um programa específico com garantia do "FGC Agro" para refinanciar o passivo com dez anos de prazo e dois de carência a juros de 4,5% ao ano. Sem uma ação, os financiamentos de máquinas poderiam "entrar em colapso" até o início de 2010.

"É preciso um tratamento especial para esse estoque. Isso liberaria os limites dos bancos e evitaria o sistema de parar", afirma um executivo do segmento.

O Ministério da Fazenda teme abrir a porta para novas renegociações de dívidas, sobretudo de médios e grandes produtores. "Já fizemos o que era possível. Refinanciar ou securitizar dívidas não está nos nossos planos", afirma o secretário Gilson Bittencourt. O governo avalia que nem tudo foi prejuízo nesse caso. Os bancos já ganharam com os "spreads" (diferença de juros na captação e empréstimo) dessas operações antigas e os fabricantes lucraram com as vendas alavancadas pelos programas federais de incentivo à compra de máquinas.

Restrição de financiamento poupa canaviais já licenciados - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios -27/11/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) esclareceu que a proibição de crédito rural para a produção e industrialização da cana-de-açúcar em áreas onde a expansão foi vetada não prejudica os locais onde já havia licenciamento ambiental. A Resolução nº 3.803 condicionou o financiamento ao Zoneamento Agroecológico e impediu o crédito para expansão de áreas nos biomas Amazônia, Pantanal, Bacia do Alto Paraguai e terras indígenas. Também foi esclarecido que as normas da Resolução nº 3.804, sobre crédito agroindustrial, também valem apenas para as áreas de expansão.

Para o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, era necessário aperfeiçoar a redação dessas resoluções porque surgiram muitas dúvidas no mercado. Ele ressaltou que não há proibição da produção de cana nas áreas onde a expansão foi proibida. A proibição vale para o aumento da área plantada.

Além dessa correção na redação das resoluções sobre a cana, os integrantes do CMN incluíram no programa Pronaf Mais Alimentos a possibilidade de financiamento para produtores de erva-mate e para a aquisição de pequenos caminhões e utilitários. O crédito para aquisição desse tipo de veículo inclui caminhões frigoríficos, isotérmicos ou graneleiros e camionetas de carga, exceto as que têm cabine dupla.

Bittencourt afirmou que, no caso da erva-mate, esse crédito vai beneficiar cerca de 170 mil propriedades em quase 600 municípios nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O Pronaf Mais Alimentos tem limite de R\$ 100 mil por operação, juros de 2% ao ano e prazo de até dez anos para reembolso. A carência pode ser de três anos.

Com relação ao custeio, o Pronaf Mais Alimentos opera, geralmente, com prazo de um ano, mas o limite tolerado é de até dois anos. Considerando as condições especiais da produção de açafrão e palmito, o CMN estendeu para três anos o prazo de pagamento para essas duas culturas.

A reunião de quinta-feira do CMN também flexibilizou as normas do Manual de Crédito Rural (MCR) para permitir que cooperativas de crédito realizem operações sem ter, necessariamente, corpo técnico para análise dos pedidos de financiamento. Nesse caso, elas têm de ser filiadas a uma central de cooperativas que tenha essa estrutura técnica. Para o secretário, os dois maiores objetivos do governo são a redução de custos e a ampliação do número de agentes que atuam no crédito rural.

Os pequenos produtores rurais que têm financiamento de investimento, no âmbito do Pronaf, com risco da União e dos fundos constitucionais ganharam mais seis meses para aderir à renegociação de suas dívidas. Bittencourt informou que essa era uma reivindicação do Nordeste e envolve operações de crédito com os bancos públicos federais, principalmente BNB, Basa e Banco do Brasil.

O benefício vale para as situações enquadradas nos artigos 15, 16, 17 e 21 da Lei 11.775/2008. Conforme o secretário, há aproximadamente 170 mil operações que podem ser beneficiadas.

Crédito para custeio flui em ritmo acelerado - Mauro Zanata – Valor Econômico – Agronegócios - 30/11/2009

Os produtores rurais brasileiros aproveitaram o aumento da oferta de crédito oficial a juros baixos para contratar mais financiamentos de custeio e comercialização na nova safra (2009/10).

Os bancos operadores do crédito rural apontam elevação de 26% nos desembolsos do primeiro quadrimestre do ano-safra, iniciado em julho. Foram emprestados aos produtores empresariais R\$ 5,3 bilhões a mais que no mesmo período do ciclo 2008/09. Os agricultores familiares também aproveitaram os benefícios e contrataram um adicional de R\$ 677 milhões (aumento de 18%) nesta safra.

Na soma de crédito de custeio, comercialização e investimento, o setor rural já contratou quase um terço dos recursos disponíveis para o atual ciclo produtivo. Os bancos financiaram, até outubro, R\$ 34,13 bilhões ao setor - resultado 26% superior ao verificado na safra 2008/09. "A elevação dos tetos de recursos a juros controlados [subsidiados pelo Tesouro Nacional] e a redução dos custos de produção influíram nesse resultado", explica o diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz.

Ao mesmo tempo, a demanda por crédito de recursos a juros livres nos bancos contraiu-se 32%, de R\$ 1,27 bilhão para R\$ 865 milhões no período. "É que os bancos passaram a emprestar mais ao crédito imobiliário", explica o diretor da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Ademiro Vian. E as operações de aval e compra de Cédulas de Produto Rural (CPRs) caíram 12,5%. "O aval é concentrado em operações para o café, mas o segmento vive um momento de renegociações e os leilões tiveram queda por falta de liquidez", diz.

Os dados compilados pelo Ministério da Agricultura mostram alta de 22% nos desembolsos das operações com juros subsidiados (6,75% ao ano) pelo Tesouro. No item "recursos obrigatórios", foram emprestados R\$ 12,52 bilhões (31,5%) até outubro. Os financiamentos com fonte na poupança rural recuaram 3%. "Isso ocorreu porque o governo trocou a equalização pela alteração no ponderador, o que permitiu aos bancos aumentar o cumprimento das 'exigibilidades' rurais", explica Vian. Assim, o banco pode cumprir aplicar dinheiro no setor com celeridade.

A nova safra também assiste à retomada das operações na linha Proger Rural, dedicada à classe média do campo. Em quatro meses, os bancos aplicaram quase oito vezes mais do que na safra anterior, passando a R\$ 1,17 bilhão. Essa linha foi considerada uma prioridade do governo na nova safra.

Os empréstimos para operações agroindustriais também cresceram quase seis vezes na atual safra. O BB desembolsou R\$ 1,7 bilhão nesta linha. A maior parte foi para compensar a baixa aplicação na linha de crédito agroindustrial criada para dar capital de giro ao segmento em plena crise financeira global de 2008. A Procer teve só R\$ 512,5 milhões - 5% do disponível - desembolsados até outubro.

As operações de investimento seguem em ritmo lento. Foram aplicados apenas 22% dos R\$ 14,5 bilhões ofertados. Apenas os programas Prodecoop (cooperativas) e Produsa (agricultura sustentável) tiveram boa performance. Todas as demais linhas registraram forte recuo nos desembolsos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Cláudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio

